

Assessora quer fortalecer conversão

A renegociação da dívida externa, na visão de Zélia Cardoso de Mello, ainda não deu certo por três motivos: nunca foi apresentado aos credores estrangeiros um verdadeiro plano de ajustes para a economia interna, a equipe de renegociação nunca teve autoridade e respaldo para suas decisões, além de sempre estar propensa ao desmantelamento, dadas as constantes trocas de ministros da Fazenda e a falta de competência para negociar. "Renegociar dívida não é uma brincadeira. É um trabalho que tem que ser encarado dentro de um plano de longo prazo, com seriedade", frisa Zélia.

A proposta da economista é que a União renegocie a parte que lhe cabe na atual dívida de US\$ 112 bilhões e apenas coordene a renegociação das partes pertencentes aos estados e municípios. "A descentralização da negociação é importante para abrir espaços que hoje não existem. Por exemplo, o município do Rio de Janeiro pode ter um grande projeto e não precisa ficar dependendo da evolução das negociações do governo para obter esses recursos. Ele pode resolver com os credores transformar sua dívida numa conversão de investimentos para tal projeto", explica Zélia.

Conversão — A assessora econômica do PRN discorda frontalmente de

economistas como o americano Jeffrey Sachs, um dos mais requisitados para a resolução dos problemas das economias do Terceiro Mundo, que se opõe à conversão da dívida externa em investimentos, processo que considera inflacionário. "Eu concordo que, até agora, a conversão foi utilizada para esquentar dinheiro e não para realmente trazer investimentos para o país. Se o mecanismo for levado a sério, não há razão para os recios que Sachs coloca", diz Zélia.

Pelas contas da economista, a mortuária total está totalmente descartada. Nos seus planos, há uma forte diminuição na remessa de juros, hoje na faixa dos US\$ 11 bilhões anuais: US\$ 5 bilhões em 1990, US\$ 5 bilhões em 1991, US\$ 7 bilhões em 1991, US\$ 7 bilhões em 1992, US\$ 8 bilhões em 1993 e US\$ 9 bilhões em 1994. "Não dá para simplesmente deixar de pagar instituições como o Banco Mundial, FMI e Clube de Paris por exemplo", ressalta Zélia.

Com o plano de renegociação da dívida, a economia estimada para o país, num prazo de cinco anos, é de US\$ 11,42 bilhões, com reservas internacionais de US\$ 15,9 bilhões no final de 1994. A política de comércio exterior também passa por uma transformação. Dentro do conceito de necessidade ur-

gente de modernização do parque industrial nacional e de elevação da competitividade de preços a nível internacional, a proposta é de uma revisão total nas tarifas alfandegárias para a importação de tecnologia.

"A idéia é fazer uma exposição gradual da indústria brasileira à concorrência internacional", explica a economista, ressaltando que acredita na abertura da economia brasileira via ~~aumento das importações e formação de joint-ventures~~. "É um engano pensar que os investidores estrangeiros correrão ao Brasil para produzir aqui. No Leste Europeu, por exemplo, nossos concorrentes oferecem vantagens muito melhores que as nossas, como economias mais aparelhadas, mão-de-obra mais qualificada e mercado com um maior poder aquisitivo".

Zélia acredita que o necessário alongamento do perfil do vencimento da dívida pública só poderá ser feito de forma gradual e baseado na credibilidade e resultados que o próximo governo for apresentando. "Calote, confisco, estão fora do nosso dicionário", garante a economista, que também pretende descobrir quanto dos recursos que rolam no overnight financiam a manutenção do setor produtivo e quanto configura a poupança financeira que transita de forma especulativa.